



**XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: "Diversidades e (Des)Igualdades"
Salvador, 07, 08, 09 e 10 de Agosto 2011**

O COOPERATIVISMO VIRTUAL OU NÃO PATRIMONIAL NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: Estudo do caso da Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara - SC (Coopafi)

Dimas de Oliveira Estevam – Unesc – doe@unesc.net
Camila Bez Batti – Unesc - camila_bezbatti@yahoo.com.br
Joelcy José Sá Lazarini Unesc – joelcy@unesc.net

Resumo

1. INTRODUÇÃO

A economia solidária surgiu na Europa durante o século XIX, com o movimento sindicalista, impulsionados por socialistas que buscavam melhores condições de vida, devido aos problemas sociais ocorridos com a revolução industrial.

No Brasil, embora o cooperativismo tenha uma longa trajetória, a denominação de economia solidária surgiu a partir da década de 1980, mas ganhou força, apenas na década seguinte, primeiramente este movimento estava relacionado ao combate à pobreza, ao desemprego e buscava alternativas de geração de trabalho e renda.

O Cooperativismo Virtual ou não-patrimonial trata-se de um modo de organização cooperativa, criado nos anos 2000, estimulada inicialmente pelos técnicos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Com o objetivo de organizar os agricultores familiares visando a legalização da produção e a comercialização, evitar a concorrência entre os mesmos e promover a justiça social e a solidariedade. Além de ser uma forma de organização social, também é uma alternativa para a inserção no mercado dos produtos advindos da agricultura familiar, incentiva o trabalho do campo em grupo, conseqüentemente possibilita melhores condições socioeconômicas para as famílias.

Este artigo tem por objetivo estudar o caso dos cooperados da Coopafi de Içara – SC, se os mesmo praticam os pressupostos da Economia Solidária e do cooperativismo, ao mesmo tempo se a Coopafi contribuí para a melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias.

A metodologia utilizada no artigo é a pesquisa bibliográfica em que visa discutir a luz de vários autores, os princípios e os objetivos da Economia Solidária e do cooperativismo virtual ou não patrimonial. A pesquisa bibliográfica, para Alves (2007), é um passo essencial



para a construção de uma pesquisa. Para a construção de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado.

A fim de responder os objetivos propostos, foi realizada a pesquisa de campo com aplicação de questionários, em que foram entrevistados os cooperados. A abordagem da pesquisa é qualitativa e quantitativa, pois procurou verificar principalmente, a situação dos cooperados; ou seja, se houve de alguma forma na melhoria socioeconômica dos cooperados.

O universo desta pesquisa é formado pelos associados da Coopafi, em que foram entrevistados 19 dos 38 cooperados. A escolha dos entrevistados se baseou nos seguintes critérios: 6 deles, ainda, estavam em processo de associação, fato que inviabilizou a aplicação do questionário devido ao pouco tempo de filiação; outros 3 não estavam com tempo disponível para responder os questionários e os demais (10) não foi possível entrevistá-los devido a distância e as dificuldades de acesso, pois os mesmos residem em comunidades rurais do interior do município de Içara.

Para a realização da análise estatística das entrevistas, inicialmente os dados foram organizados em planilhas do *Software Microsoft Excel* versão 2007. Em seguida, os dados foram exportados para o *Software SPSS (Statistical Package From The Social Sciences)* versão 17.0. Para a realização dos testes estatísticos, com um nível de significância 0,05 intervalo de confiança de 95%. Para realizar a comparação entre os níveis de renda dos cooperados, antes e depois de se associar à cooperativa, foi aplicado o teste T Wicoxon que de acordo com Wagner (2004, p.134) o test T de Wicoxon é utilizado para: “[...] a comparação de variáveis ordinais ou quantitativas entre dois grupos emparelhados. Na ruptura dos pressupostos paramétricos, é o substituto mais freqüente do teste t de Student para amostras emparelhadas”.

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a primeira parte trata dos aspectos introdutório; a segunda da revisão da literatura sobre os aspectos referentes a economia solidária, cooperativismo e cooperativismo virtual; no terceiro item trata da trajetória da Coopafi e os resultados da análise e por fim a conclusão.

2 A TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

O cooperativismo surgiu como uma resposta à exploração capitalista e se propunha ser uma alternativa diante dos problemas sociais e econômicos gerados pela Primeira



Revolução Industrial na Inglaterra. Inspirados nos pensadores como: Robert Owen, John Bellers, Charles Fourier, Willian King, Philipe Buchez, Pierre Proudhon, Louis Blanc, entre outros que buscavam no cooperativismo novas formas alternativas de organização, visando uma sociedade mais justa, com distribuição de riqueza igualitária.

2.1 O surgimento dos ideais do cooperativismo e da economia solidária

A economia solidária e os ideais do cooperativismo surgiram como resposta aos reflexos perversos gerados pela primeira revolução industrial ocorrida na Europa durante o século XIX. Neste período milhares de artesões e agricultores ficaram desempregados, a partir da introdução das máquinas na organização fabril da produção. A revolução industrial significou um grande avanço na capacidade produtiva da indústria e provocou profundas mudanças econômicas, cultural, política e social. As novas relações sociais estabelecidas são apresentadas como novas relações de produção capitalista, em que a acumulação do capital e o lucro passaram a ser o interesse fundamental (SINGER, 2002).

Com o advento do modo de produção capitalista, segundo o autor supracitado, se dá início ao processo de crises e misérias na condição de vida dos trabalhadores e agricultores, como são os exemplos da exploração da classe operária por meio de jornadas de trabalho excessivas, utilização da força de trabalho infantil, condições de trabalho precárias e insalubres, juntamente com o aumento crescente de trabalhadores desempregados.

É neste contexto extremamente desfavorável para aqueles que dependem do trabalho para sobreviver que surgiram práticas e pensamentos de economia solidária e cooperativista que buscavam alternativas aos efeitos excludentes do capitalismo. Com o objetivo de amenizar os efeitos perversos do capitalismo, alguns industriais tiveram a iniciativa de propor leis de proteção aos trabalhadores, entre esses empresários destaca-se Robert Owen, proprietário de um grande complexo de têxtil, em New Lanark - Inglaterra. Em 1817, Owen propôs um grande plano de construção de Aldeias Cooperativas para a reinserção de trabalhadores desempregados, para produzirem sua própria subsistência: “Quanto mais Owen explicava o seu ‘plano’, mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social” [...] (SINGER, 2002, p. 26).

O outro autor importante do movimento cooperativo solidário foi Fourier, segundo Cruz (2006), buscava dispor o trabalho de uma forma que tornar-se interessante para todos,



assim uma comunidade com 1.800 pessoas para oferecer uma ampla escolha entre os diversos trabalhos, mas essas ideias não são coletivistas como as da Aldeia Cooperativa de Owen. “[...] os meios de produção seriam distribuídos sob a forma de propriedade acionária e o resultado do trabalho assim repartido: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento” (p. 51).

Os empreendimentos de consumo propiciaram a difusão do movimento cooperativista na Europa. Em 1844 na Inglaterra foi fundada a primeira cooperativa de consumo com 28 tecelões em Rochdale. A cooperativa, de consumidores, foi fundada por trabalhadores, que, após a derrota numa greve em 1844, fundaram a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Inserindo uma série de princípios que ainda se encontram vigente: Cada membro com direito a um voto na tomada de decisões, independente do investimento de capital; número aberto de cooperados; taxa fixa de juros ao capital emprestado; divisão das sobras proporcionais às negociações com a cooperativa; vendas somente à vista; qualidade dos produtos; empenho na educação cooperativa; neutralidade em questões religiosas e políticas (CRUZ, 2006).

A Sociedade dos Equitáveis Pioneiros de Rochdale foi fundada, devido a misérias e a falta de limites legais de trabalho, e pela procura de bens e serviços baratos. O número de sócios aumentou, principalmente após criarem uma caixa de depósitos. Essas caixas de depósitos ocorreram de fato para suprir as necessidades, nas áreas urbanas e rurais, para resolver as dificuldades encontradas, como por exemplo, prejuízos da safra. Os empreendimentos passaram a ser chamados de “Bancos do Povo” e adotaram também a autogestão, para criar Bancos Cooperativos (SINGER 2002).

Esta é a origem histórica da economia solidária e do cooperativismo revolucionário, em que ficou evidente, com base em Singer (2002), a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

2.1.1 A Economia Solidária

De um modo geral a economia atual está situada no modo de produção capitalista, no qual, o homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final de vida. No modo de produção capitalista, segundo Cruz (2006), o que ocorre é uma valorização



do conhecimento pelos benefícios econômicos e pelo aumento do poder sobre outras pessoas, que ele pode proporcionar.

Segundo autor acima citado, o trabalhador individual pertence a uma classe social, a classe trabalhadora, devido aos efeitos da divisão social do trabalho e da luta de classes. Onde para sobreviver se obriga a trabalhar para uma classe social, a burguesia, vendendo assim sua força de trabalho. No entanto o capitalismo tem pleno interesse em acumular e reproduzir a riqueza social e garantir os meios para a apropriação privada dessa riqueza.

A Economia Solidária, segundo Singer (2002), possui finalidades que envolvem a dimensão social, a econômica, a política, a ecológica e a cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

Todo sistema de dominação, segundo Mance (2000), somente se sustenta porque conta, em algum grau, com a nossa adesão, ou com no caso do capitalismo com o nosso consumo. Neste sentido as nossas escolhas de consumo podem tanto colaborar na expansão de redes solidárias, como realimentar a própria reprodução do capitalismo.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que nela associam, para produzir, consumir ou poupar. Deveria ocorrer uma associação entre iguais em vez de desiguais. Na cooperativa de produção, como um exemplo de economia solidaria, todos os sócios têm a mesma parcela do capital, e por isso, o mesmo direito de voto em todas as decisões (SINGER, 2002).

No entanto, existem aqueles, segundo Cunha (2002) que avaliam a economia solidária como um costume de gerar novos capitalistas entre os pobres, chegando até mesmo a chamá-la de forma de controle social, porque impediria a transformação socialista ao praticar mudanças apenas insignificantes na qualidade de vida destes pobres. O autor ressalta que a grande parte dos programas limita-se à (re) qualificação profissional, que apenas ele não garante que o desempregado se reintegre ao mercado de trabalho.

Como observa Lisboa (2002), a lógica do crescer por crescer do capitalismo é a mesma lógica da célula cancerígena. Neste sentido, o crescimento econômico não é para todos, esta lógica do se multiplicar de forma desordenada leva o organismo a sua



autodestruição, os gregos já anteviram que o crescimento pelo crescimento levaria a destruição do bem viver.

2.3 A trajetória da Economia Solidária no Brasil

A Economia Solidária surge no Brasil como uma alternativa em defesa da classe trabalhadora, contra o processo neoliberal de destruição de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 1980, tanto da iniciativa privada, quanto do setor público, fazendo com que a classe trabalhadora que perdera seus empregos se organizasse em seus próprios negócios, na forma de cooperativas, ou mesmo assumindo empresas em processo falimentar adotando um controle autogestionário (SINGER, 2002).

Em busca do mesmo objetivo, começam a surgir grupos, organizações e movimentos sociais como Cáritas, ANTEAG, ONGs que realizam projetos alternativos comunitários os quais são capitalizados por fundos rotativos. Nos anos de 1990, inicia-se em várias universidades as “Incubadoras de Cooperativas Populares”, tinham como objetivo visando ajudar os grupos comunitários a se desenvolverem coletivamente em atividades econômicas (MUNARIM, 2007).

Essas iniciativas, também conhecidas como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), abrangem as mais diversas modalidades de organização, definidas segundo Lisboa (2005, p. 129) como:

A expressão economia solidária designa inúmeras experiências que incluem formas diversas de agricultura familiar, assentamentos do MST, empresas industriais ou rurais recuperadas por meio da autogestão, cooperativas, redes de catadores e recicladores, redes nacionais e internacionais de comércio justo, incubadoras de empresas, cooperativas populares, inúmeras experiências de finanças populares, clubes de troca e as economias indígenas e de quilombos.

Os empreendimentos econômicos solidários abrangem projetos como: confecção de roupas, artesanato, coleta e reciclagem de lixo, produção de alimentos, serviços gerais, entre outras atividades, impulsionadas a partir das ações de organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais, Igrejas, incubadoras etc.), que apóiam a constituição e articulação de cooperativa, ou do Estado, através da elaboração e prática de políticas públicas em âmbito municipal, estadual e federal (MELO, 2007).

A Economia Solidária surge no Brasil como uma possibilidade às soluções para a crise social. Com uma breve referência e sem a pretensão de aprofundar na história do



cooperativismo brasileiro, percebe-se que a grande maioria das experiências cooperativas nasceu e se expandiram com mais intensidade nas regiões sul e sudeste do país.

3. AS COOPERATIVAS VIRTUAIS OU NÃO-PATRIMONIAIS

As Cooperativas Virtuais atendem a uma série de objetivos, como: assistência técnica, acesso aos programas do governo, facilidade na obtenção de crédito e no planejamento da produção e da propriedade. Mas, sobretudo, este tipo empreendimento possibilita a legalização da produção e comercialização das UFP. (GUIMARÃES JUNIOR, 2010).

A cooperativa virtual, também conhecida como cooperativa descentralizada ou não-patrimonial é uma Sociedade Civil de fins não econômicos com o objetivo de promover o trabalho em comum de serviços, permitindo maior racionalização no uso dos fatores de produção, com baixo custo operacional. Assim, como para produzir o cooperado não necessita aumentar excessivamente a sua UFP, logicamente não necessitará fazer altos investimentos, o que lhe dá vantagens referentes ao seu custo operacionais, dificilmente obtidos nos modelos habituais de cooperativas. (GUIMARÃES JUNIOR, 2010).

De acordo com o autor acima, na cooperativa virtual não é necessário um número específico de sócios ou um número elevado de sócios, nem ter uma infra-estrutura para armazenagem e beneficiamento. Basta ter agricultores organizados, uma vez que cada cooperado possuirá a sua própria unidade de produção, levando o produto já pronto para ser comercializado na cooperativa ou diretamente ao mercado consumidor.

Para o autor citado acima, as cooperativas virtuais podem ser consideradas como um novo tipo de cooperativismo, representando uma nova forma de associativismo em que reúne produtores e produção de maneira organizada, permitindo a adequação dos produtos a legislação vigente e as tendências e exigências dos consumidores, principalmente os consumidores conscientes.

As cooperativas virtuais recebem mesmo tratamento legal que as outras cooperativas, devido ao fato, de possuírem registro em juntas comerciais, inscrição na receita federal e estadual, assim como, todos os demais registros cabíveis em decorrência do ramo de atividade da cooperativa. (GUIMARÃES JUNIOR, 2010).

A diversidade de produtos destaca Sepulcri (2010) é um ponto de grande importância



para as cooperativas virtuais. Com essas cooperativas pode-se comercializar diferentes produtos a um baixo custo operacional em função da produção isolada de cada unidade individual, o que não conseguiria nos moldes usuais de cooperativas tradicionais.

A diversificação da produção na UFP, segundo Schubert; Niederle (2009), permite ao agricultor familiar maior estabilidade do ponto de vista ecológico e financeiro, além da oferta de gêneros alimentícios produzidos e consumidos pela própria família.

As vantagens deste modelo cooperativo adaptado a agricultura familiar, pode-se destacar a possibilidade de subsistência dos produtores ao poderem trabalhar com força de trabalho familiar própria, que são fatores que viabilizam suas UFPs. Na medida em que as cooperativas de pequeno porte ampliam sua capacidade tecnológica e gerencial, possibilitam alcançar outros horizontes nos chamados “nichos de mercado” agregando valor ao produto (SCHUBERT; NIEDERLE, 2009).

A agregação de valor a produção pode ocorrer de forma descentralizada, nas próprias UFPs em comodato com a cooperativa, ou ainda, em escalas de volumes maiores por meio de unidades de beneficiamento da própria cooperativa.

Mais que gerar emprego e renda, essas cooperativas valorizam o agricultor familiar e melhoram a qualidade de vida das famílias. É também um incentivo e uma oportunidade de dar condições mais favoráveis para a permanência dos familiares no campo, assim muitos jovens pode ficar em casa, para trabalhar com seus pais, tendo melhor qualidade de vida.

Nos últimos anos o Governo Federal vem incentivando a agricultura familiar por meio de inúmeros Programas. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um deles, criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

A Conab é um dos órgãos públicos que operacionalizam o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), tarefa que vem desenvolvendo desde 2003. Os participantes do Programa são pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, que recebem em doação os alimentos adquiridos dos agricultores familiares, e os agricultores familiares que se enquadram no PRONAF.

O PAA tem por objetivo incentivar a agricultura familiar; compreendendo ações juntamente com a distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de



insegurança alimentar. Recompensando o pequeno produtor com venda a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a mão-de-obra, e lhe permita ter recursos financeiros suficientes para a sobrevivência de sua família com dignidade (BRASIL, 2010).

No próximo item discute-se o modelo cooperativo da Coopafi, como um exemplo característico de cooperativa virtual.

4. A TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA E PESCA FAMILIAR DE IÇARA - COOPAFI

A Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (Coopafi), foi fundada no dia 17 de Outubro de 2005, com sede a Rua Altamiro Guimarães, 600 – Centro – Içara – (SC), Sul do Estado de Santa Catarina - Brasil. A iniciativa de criar a Coopafi partiu de um médico-veterinário funcionário da EPAGRI de Içara, juntamente com alguns agricultores familiares que se reuniram em 22 sócios fundadores. Como modelo de inspiração, os agricultores foram conhecer uma experiência semelhante no município de Cressiumal no Estado do Rio Grande do Sul, para compreender como funciona uma cooperativa virtual ou não-patrimonial.

A Coopafi, segundo funcionário da Empresa, foi criada porque os agricultores familiares do município tinham dificuldades na comercialização de sua produção, principalmente os produtos de origem animal, como: os derivados do leite e ovos, frangos e embutidos de suínos, devido às exigências da legislação sanitária. Além desse problema, a legislação tributária, também era outro grande empecilho na comercialização, porque os agricultores estavam na ilegalidade e por isso, não recolhiam tributos. Essas duas questões eram faces de uma mesma moeda: o baixo retorno das atividades agropecuárias e os custos elevados para se adequarem a legislação vigente, inviabilizavam a legalização da produção. Desta forma, muitos agricultores familiares acabavam deixando o campo, em busca de melhores condições de vida nas cidades. Além desses fatores da ilegalidade, outro fator que contribuiu para à criação da Coopafi foi o fato de que muitos agricultores trabalhavam com a cultura do fumo, enfrentavam dificuldades financeiras devido ao baixo preço pago pelo o produto e problemas de saúde pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A fundação da Coopafi não representou, segundo o funcionário da Epagri, apenas um meio de geração de trabalho e renda no campo, mas é acima de tudo a viabilização da vida



com qualidade no meio rural. Assim a cooperativa viabilizou a questão tributária dos empreendimentos, dividindo os encargos e possibilitou a comercialização conjunta da produção produtos, agregou mais valor aos produtos e pagando apenas o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Em seu Estatuto Social a Coopafi apresenta os seguintes princípios:

Desenvolver atividades e operações que garantem a defesa e o desenvolvimento da produção e dos produtores agrícolas e pesqueiros, beneficiando a industrialização de seus de seus associados; garantir a distribuição equitativa, tanto de seus custos e encargos, quanto de seus excedentes; promover o desenvolvimento educacional, técnico-profissional, social e econômico para o aprimoramento humano e profissional dos associados e colaboradores (ESTATUTO da COOPAFI, 2005, p. 04).

A Coopafi no desenvolvimento de suas atividades possui uma rede de parcerias, como a prefeitura de Içara, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lideranças municipais, Epagri e, além disso, participa dos Programas do Governo Federal (Conab e PAA – merenda escolar). Cabe destacar, a grande contribuição do projeto da Conab, em que os produtores passaram a ter uma melhoria significativa em suas rendas. Através deste programa o governo compra dos Cooperados seus produtos.

Com a introdução destes Programas do governo Federal, os agricultores familiares passaram a ter mais segurança na hora da comercialização da produção, pois tem a compra garantida pelo poder público. Os impactos destes Programas têm sido extremamente positivos, por promover o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural, melhorando de forma significativa o padrão de vida do agricultor e de sua família, além disso possibilitou que as escolas e outras instituições tivessem acesso a produtos de melhor qualidade.

A Coopafi busca, juntamente com seus associados, novas alternativas de produção para incentivar os agricultores a continuarem a produzir em suas propriedades. A Epagri tem sido uma das principais incentivadora e apoiadora da Cooperativa, que atualmente trabalha para implantar o Sistema Unificado de Atenção Agropecuária (SUASA), que permitirá os associados da Cooperativa ter o seu cadastro de inspeção no SIM (Sistema de Inspeção Municipal) e partir disso comercializar a produção de origem animal em todo território nacional.

4.1 Apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo



Este item constitui-se da análise de dados obtidos por meio da pesquisa de campo realizada junto aos cooperados da Coopafi. Sendo que está dividido em três seções. A primeira seção trata dos dados pessoais dos associados. A segunda seção dos dados, sobre a Propriedades. E a terceira seção dos dados corresponde à participação cooperativa.

A coopafi tem 38 sócios, desses 10 são do sexo feminino e 28 do masculino. Deste universo foram entrevistado(a)s 19 associado(a)s, sendo 12 homens e 7 mulheres; a média da idade é de 45,75 anos para os homens, com desvio padrão de 6,092, e para as mulheres com 49,86 anos e desvio padrão de 7,777 anos, não apresentando diferença significativa entre as médias de idades entre os sexos ($p=0,217$).

O estado civil do(a)s cooperado(a)s é predominantemente casado(a)s, 18 são casado(a)s e apenas uma divorciada. Quanto ao nível de escolaridade verificou-se que 12 dos entrevistados possuem do Ensino Fundamental incompleto ao Médio incompleto e 6 possuem do Ensino Médio completo ao Superior incompleto e apenas 1 entrevistado possui Ensino Superior completo. Em relação aos filhos constatou-se, a preocupação dos entrevistados para que os mesmos tenham nível de escolarização superior aos seus.

A preocupação com a formação é algo contínuo e permanente entre o(a)s entrevistado(a)s, pelo menos 57,9% já tinham participado de algum curso sobre cooperativismo, enquanto que 42,1%, ainda não formação na área do cooperativismo; entretanto, dentre estes 87,5% tinham realizado pelo menos um curso pelo Sebrae/SC ou pela Epagri. A formação sobre cooperativismo é considerada pela Coopafi estratégico para o bom desempenho da organização.

Quanto ao tamanho da família, verificou-se um número reduzido de pessoas residindo nas propriedades. A média de pessoas por família foi de 3,63 com desvio padrão de 1,065 indivíduos. Sendo que em 15,8% das propriedades residem 2 pessoas, 26,3% com 3 pessoas, 42,1% residem 4 pessoas, 10,5% com 5 pessoas e apenas 5,3% com 6 pessoas por estabelecimentos.

Se em relação ao número de pessoas residentes nas propriedades foi considerado baixo, buscou-se saber se esses residentes todos trabalhavam na propriedades. Entre o(a)s entrevistado(a)s 47,4% responderam contar com o auxílio de todos. Os outros 52,6% respondentes, 50% afirmaram que seus filhos não colaboram pelo fato de serem ainda crianças e estarem estudando, os outros 50% afirmaram que seus filhos estão trabalhando fora



(na indústria e/ou no comércio) na cidade. Sendo que 10,5% dos entrevistados afirmam contratar empregados temporários quando necessário, principalmente em épocas de colheitas. De acordo, com os entrevistado(a)s, a presença da(o) esposa (o) é mais alta devido ao fato em que muitos filhos estão estudando, alguns são pequenos, outros trabalham fora da propriedade.

Na Coopafi são comercializados em média 36 tipos de produtos diferentes, sendo que os principais são os seguintes: derivados do leite e de suínos, ovos de galinha e codorna, embutidos, frutas, legumes, hortaliças, farinha de milho e pamonha, vassoura de palha de milho, arroz, feijão, entre outros.

Em relação a comercialização os cooperados para a Conab e o PAA que são Programas do Governo Federal, e, também, vendem seus produtos na própria UFP e em mercados locais. E, também, observou-se que todos os respondentes disseram ter seus produtos valorizados após se associar à cooperativa.

Em relação às principais dificuldades enfrentadas pelos cooperados foram apontadas como as principais as relacionadas aos aspectos financeiros (47,36%), conforme os entrevistados a família não conta com disponibilidade recursos, para arcar com custos iniciais para montar o negócio; as “exigências sanitárias” vieram em segundo (15,8%), em terceiro as dificuldades “técnicas” (10,5%) como a falta de conhecimento na área, além destes foram citados outras dificuldades.

Na entrevista foi solicitado aos cooperados que citasse quais foram as vantagens em terem se associado a Coopafi. Se destaca a seguir na ordem de importância na opinião dos cooperados: a legalização da atividade produtiva, o interesse em comum foi apontado com grande significado, a redução dos custos de produção, o conhecimento adquirido pela troca das experiências entre os cooperados, a divulgação dos produtos em Içara e na Região, o apoio de instituições pública como a Epagri, que possibilita participar de programas federais (Conab e Pnae), a melhoria da qualidade dos produtos, a venda garantida considerando a legalização da atividade produtiva, os baixos custos associados por este modelo de organização.

Outro aspecto pesquisado foi relacionado a origem e a composição da renda dos cooperados. Dos entrevistados, 36,8% tem como única fonte a venda da produção pela Coopafi. Já para 63,2% afirmaram ter outra fonte de renda, destes: 11,5% trabalham fora,



40,2% trabalham com agricultura, 11,5% em outros ramos de atividades. No caso daqueles que trabalham na agricultura se constatou que a maioria trabalha na lavoura de fumo, cultura típica do município de Içara; no entanto, a maioria afirmou que futuramente pretendem deixar a produção de fumo e se dedicar somente as atividades da Coopafi na propriedade.

Também, buscou-se saber os impactos na renda dos cooperados, tendo como parâmetro o antes e o depois de se associar. Constatou-se que houve melhoria significativa na renda dos cooperados. Percebe-se que atualmente não tem nenhum associado com renda mensal inferior a R\$ 500,00, antes havia 26% dos cooperados e com até R\$ 1.000,00 eram 79%, depois que tornaram-se sócios, apenas 37% dos cooperados tem renda mensal dentre R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 e nenhum cooperado com menos R\$ de R\$ 500,00. Verificou-se, também, que a última faixa, que antes não havia nenhum cooperado com renda acima de R\$ 3.001,00, apresentou 5% dos associados.

Em relação a renda, conclui-se que há evidências, estatisticamente significativa, de que o nível médio de renda dos cooperados aumentou depois de se associar à Coopafi ($p=0,000$), este resultado em significativo estatisticamente.

Sobre o significado da Coopafi para o cooperado, 42,1% dos associados significa tanto uma forma de melhorar sua condição econômica, como maneira de fortalecer os aspectos sociais, associativos e solidários. Já 36,8% cooperados afirmaram que a cooperativa significa, apenas, uma maneira de fortalecer os aspectos sociais, associativos e solidários, não tendo expressão econômica. Para 21,1% dos entrevistados a Coopafi significa, apenas uma forma de melhorar a condição econômica. A grande maioria dos respondentes (78,9%) focaram mais os aspectos sociais da cooperativa em relação aos econômicos e apenas 21,1% os econômicos.

Em relação a participação nas reuniões e assembleias, do total dos entrevistados, 63,2% responderam que participam de todos os eventos realizadas pela Coopafi, enquanto 36,8% participam esporadicamente. Os cooperados que participam esporadicamente, se justificaram, dizendo que muitas vezes não dispõem de tempo, devido a intensidade de trabalho e a distância da propriedade em relação a sede da Coopafi.

O elevado percentual de associado que participa das reuniões realizadas pela cooperativa, é um dado interessante relacionando-se com os princípios do cooperativismo, pois se não houver participação ativa dos associados nas atividades da cooperativa, perderá



seu caráter solidário e democrático. Se o nível de participação é alto, questionou-se a possibilidade de vir a exercer um cargo na diretoria da cooperativa, 57,9% dos entrevistados responderam ter interesse por gostar de participar e por sentirem capazes de assumir. Já para 42,1% a falta de tempo é o principal obstáculo, pois sair a propriedade para se dedicar a alguma função, um cooperado destacou a idade como empecilho.

Outros temas como se existe a pretensão em continuar na Coopafi e ampliar a produção. Entre os respondentes 21,1% responderam não ter pretensão de aumentar a sua produção. Inclusive um entrevistado destacou a falta mão-de-obra, pois conta somente com o apoio da esposa. Já para 15,8% é a falta interesse de expandir. No entanto, a grande maioria dos associados (73,7%) tem interesse em ampliar a produção. Os cooperados apontaram as formas para ampliar o negócio, entre elas destaca-se: aumentar a produção, por meio da aquisição de equipamentos mais avançados e a diversificação dos produtos produzidos.

De acordo com as entrevistas pode se constatar que os cooperados pretendem permanecer associado à cooperativa devido a sua importância, para aumentar os negócios e dar visibilidade a produção. No entanto, os argumentos mais citados para justificar a permanência dos associados na coopafi foi o fortalecimento das relações solidárias de produção. Este motivo de “trabalharem juntos pelos mesmos objetivos” (Entrevistado 2) e com isso ter maior estabilidade de renda, através viabilidade da venda dos produtos para o Poder Público. E, também, pela legalização da atividade produtiva, pois muitos sofreram perseguições com a “ilegalidade”, muitos perderam toda a produção, antes de se associar à Coopafi.

O “interesse em comum” foi lembrado por mais da metade dos entrevistados, como um dos motivos de permanência na Coopafi. A “diminuição de custos” da produção foi citado por 47,4% dos respondentes. Desta forma, cabe ressaltar com base na pesquisa que os cooperados têm consciência de que se não fosse a Coopafi não conseguiriam se manter na sua propriedade e muitos já teriam engrossado as estatísticas do êxodo rural. E, apenas, 15,8%, apontaram o fator de “interesse puramente econômico” para se associar a Coopafi, tendo na cooperativa uma forma de viabilizar o seu negócio e sair da clandestinidade. Esses respondentes são os que têm menos tempo de filiação, portanto com pouca participação em termos de discussão sobre os temas do cooperativismo e da economia solidária.

A ajuda mútua entre os cooperados é um dos fatores preponderantes desta forma de organização social. Neste sentido, pode-se constatar esta questão de maneira muito freqüente,



através da ajuda mútua entre os cooperados, à troca de conhecimentos sobre diversos aspectos da propriedade, entre outros. Com referência a ajuda mútua, alguns relataram que ela é realizada por meio da troca dias de trabalho entre os cooperados.

Quando questionados sobre o significado de economia solidária foram poucos que arriscaram responder a pergunta formulada. Muitos não souberam responder, pelo fato de desconhecerem do assunto. A seguir se expõe algumas das respostas obtidas: “a Economia Solidária favorece os produtores e a sociedade” (entrevistado, 2); “a Economia Solidária ajuda as pessoas” (entrevistado, 15); “na Economia Solidária há pessoas buscando o bem em comum” (entrevistados, 8 e 14). Pode-se observar que os conhecimentos teóricos referente a Economia Solidária, ainda está muito distante, por isso sugere-se a direção da Coopafi e aos cooperados participarem e/ou organizarem cursos e palestras sobre o tema.

Em relação a esta discussão acima, cabe ressaltar muito(a)s de agricultores(as) familiares, se organizaram inicialmente com o objetivo de viabilizar a sua atividade, pois atuavam na ilegalidade. Na maioria dos casos são trabalhadores(as) ou ex-trabalhadores(as) de lavouras de fumo que entregavam seus produtos as fumageiras que pagavam os preços baixos, por isso, enfrentavam enormes dificuldades financeiras e de saúde, com a Coopafi conquistaram autonomia e a melhoram a renda e a qualidade de vida. Entretanto é preciso avançar em termos de compreensão sobre os significados da economia solidária e do cooperativismo virtual, para que a experiência possibilite a sua permanência no campo e viabilize a vida de muitos outros agricultores(as).

Numa síntese geral, a Coopafi tem possibilitado aos cooperados se manterem na atividade rural, com a venda legalizada dos produtos, gerando emprego e renda para as famílias, mas é acima de tudo, um meio de promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, utilizando a ajuda mútua e a solidariedade entre os cooperados como a possibilidade de uma vida mais digna no campo.

CONCLUSÃO

Desde sua origem o cooperativismo vem sendo aplicado como alternativas aos problemas sociais, essas formas associativas deram inicio as praticas de Economia Solidária. Segundo os pressupostos da Economia Solidária, cooperativa não é apenas um meio de geração de trabalho e renda, mas também visa promover o desenvolvimento social, solidário e



econômico dos associados.

A cooperativa virtual ou não-patrimonial, no caso a Coopafi, se trata de um novo modelo de cooperativismo diferentemente do tradicional. Para ser sócio deste modelo cooperativo o associado não precisa de investimento de capital. A exigência é que os associados possuam um local próprio para produzir ou em grupo que sigam os princípios do cooperativismo. Como foi destacado no decorrer da análise dos dados, os entrevistados têm avaliam a compreensão dos princípios do cooperativismo, bem como os benefícios de trabalharem unidos. Embora, tenha-se sido constatada a aplicação de alguns princípios do cooperativismo, tais como, a gestão democrática, adesão livre e voluntária, autonomia e ajuda mútua entre os associados; porém quando se trata da compreensão dos pressupostos da Economia Solidária se observou que os mesmo, ainda não estão muito claros, necessitando de uma formação neste sentido.

Também, foi verificado que muitos associados se inseriram na Coopafi, apenas por dificuldades econômicas. Muitos trabalhavam nas lavouras de fumo enfrentavam dificuldades financeiras e de saúde. Já outros trabalhavam com produtos de origem animal e encontravam problemas com a vigilância sanitária devido à falta de legalização da produção. Estes foram os principais motivos da adesão dos associados a Coopafi, se percebeu que a medida que o tempo avança os conceitos de cooperação e da ajuda mútua começam a ser praticados entre os membros

Quando se refere a autonomia, um dos pressupostos centrais da economia solidária, não se pode deixar de falar de renda. Após a adesão a Coopafi a renda dos associados teve um aumento significativo. Desta forma, se pode afirmar que o cooperativismo virtual permite aos cooperados, criar um sistema cooperativo/solidário sem grandes investimentos, permitindo a venda legal da produção, por meio dos Programas do governo federal, tendo aumento nos níveis de renda, bem como fortalecendo os laços familiares e comunitários, fortalecendo sua cultura, conquistando autonomia e melhor qualidade de vida, sem dispor de grandes volumes de capital e permanecendo e vivendo do campo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.



BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CONAB. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_papel_conab.html> Acesso em: 10 ago. 2010

CRUZ, André V. **Uma análise pluralista do cooperativismo como proposta de proteção aos bens culturais:** Novas perspectivas para os acervos arqueológicos com identidade indígena, Curitiba. 2006. Disponível em: http://www.direitocooperativo.ufpr.br/arquivos/File/Dissertacao_Andre_Viana.pdf>. acesso em: 06 jul. 2010.

CUNHA, Cavalcanti G. **Economia Solidária e Políticas Públicas:** reflexões a partir do caso do programa Incubadora de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. 163 p. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política – Universidade de São Paulo, SP. Disponível em <<http://www.usp.br>> Acesso em: 20 abr. 2010

GUIMARÃES JUNIOR; José Custodio Santos. **Área de organização rural:** encontro de produtores rurais de Ponta Grossa- PR. Disponível em <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2010.

LISBOA, Armando M. **Economia Solidária Hoje:** Significado e Perspectivas. Texto para discussão Florianópolis – SC Universidade Federal de Santa Catarina Centro sócio-econômico Departamento de ciências econômicas. n° 05/2004. Disponível em <<http://www.ufsc.br>> Acesso em: 20 abr. 2010.

MANCE, Euclides A. **A revolução das redes.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MELO, Ana Beatriz; **Novos movimentos sociais e economia Solidária:** Uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Psicologia. PUC de Minas Gerais (BH). 2007, p. 154. Disponível em: www1.pucminas.br/documentos/dissertacoes_ana_betariz.pdf. Acesso em: 20 ago. 2010.

MUNARIM, Aquiles. **Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES: superação do capitalismo?** 2007. 57 p. Trabalho de conclusão de curso, Curso de Economia. Universidade Federal de Santa Catarina- Florianópolis SC. Disponível em: www.portalcse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2007.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

SEPULCRI, Odilio. **Redes de organização para comercialização.** Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2010.

SCHUBERT, Maycon NoreMBERG; NIEDERLE, Paulo André. **Estratégias Competitivas do Cooperativismo Na Cadeia Produtiva Do Leite:** O Caso Da Ascooper, SC. EPAGRI, Florianópolis - SC - BRASIL; 2.CPDA/UFRRJ, RIO DE JANEIRO – RJ. 2009, p. 20. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/13/104.pdf acesso em: 15 set. 2010.

SILVA, Michele Chisthina. **Cooperativismo no Brasil:** Um estudo comparativo de três perspectivas com ênfase na região de Florianópolis. Dissertação para obtenção do título de Mestre em administração. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (SC) 2009. Disponível em: <https://www6.univali.br/tese/tda/arquivo=748>>. Acesso em: 06 ago. 2010.

SILVA, Alex Pizzio da. **A Economia Solidária e qualificação social dos trabalhadores empobrecidos.** 2007. 153 p. Dissertação de conclusão de Pós Graduação (Ciências Sociais) – Universidade Vale dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: http://bdtd.unisinos.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=340 Acesso em: 06 jun. 2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

18

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2002.

WAGNER, Mario B. **SPSS passo a passo**: statistical package for the social sciences. Mario B. Wagner, Valter T Motta e Cristina Dornelles. Caxias do Sul: Educ. 2004.